



Maceió, 19 de setembro de 2012.

Greve nos Correios de Alagoas começa com força total

Os trabalhadores dos Correios em Alagoas começaram seu primeiro dia de paralização a todo vapor. A categoria resolveu cruzar os braços em assembleia realizada na noite de ontem e em levantamento feito hoje pelo Sintect-AL, a adesão também é forte no interior onde historicamente municípios como Arapiraca, Penedo, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e outros municípios suspendem a distribuição domiciliar em apoio ao movimento grevista.

Seja bem vindo à luta

Após mais de duzentos trabalhadores terem participando da assembleia geral de ontem a noite, o Sintect-AL dá as boas vindas aos companheiros e companheiras que historicamente mantém o poder de força e a extraordinária capacidade de luta em defesa de sua dignidade e do bem estar de sua família.

Portanto, que essa greve seja bela, assim como é bela a capacidade de luta e o direito que centenas de ecetistas espalhados pelo território alagoano têm para dizer aos algozes da ECT que é finda a opressão salarial e tantas outras mazelas que se pratica nos Correios de Alagoas.

Estados em greve neste momento:

**PA; MG; RN; RJ; DF; PI; VALE DO PARAÍBA;
RS; PE; AL; PR; AM; SE; SP; PB; SC; CE; MT;
CAS; TO; GO; São José do Rio Preto e ES.**

Para o dia de hoje, o Sintect-AL pede atenção dos companheiros para as ações que serão adotadas para o fortalecimento da greve.

Ministra nega liminar da ECT e mantém audiência para hoje

A vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Maria Cristina Peduzzi, negou o pedido de liminar no dissídio coletivo ajuizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), protocolado na terça-feira passada. Com a decisão, a ministra mantém a audiência de conciliação e instrução marcada para hoje, 19 de setembro, às 10h30, na sede do TST.

Fica a expectativa para a postura do TST após o levantamento dos estados em greve após as assembleias de ontem. A ministra registrou seu desejo de que Correios e trabalhadores "não poupem esforços na busca da auto composição do conflito, atuando com urbanidade e respeito - mediante concessões recíprocas".

O pedido

A ECT pretendia a concessão de liminar para a revisão dos termos do Dissídio Coletivo 2011 e a suspensão da greve "deflagrada", até o julgamento final do dissídio, autorizando o desconto dos dias parados. Alternativamente, solicitava a manutenção de 80% do efetivo de trabalhadores em cada uma de suas unidades operacionais. Também requeria o retorno imediato dos trabalhadores a seus postos de trabalho, a contar do julgamento do dissídio coletivo, sob pena de multa diária a ser fixada pelo Tribunal.

Acordos coletivos passam a valer até negociação seguinte

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) atendeu a uma histórica reivindicação do movimento sindical e divulgou na sexta-feira (14/08) a alteração da súmula 277, que trata dos acordos coletivos, garantindo a chamada Ultratividade.



Com a modificação, as conquistas arrancadas em convenções ou acordos passam a vigorar até que novo termo seja negociado. Antes, eram válidas até a próxima data-base. Além disso, ao contrário do que definia o texto anterior, as condições passam a integrar os contratos individuais de trabalho.

Campanhas mais fortes

Segundo a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa, a modificação amplia o poder das campanhas salariais.

“Todos os anos, ao fazer as negociações, tínhamos que, primeiro, nos preocupar em garantir os avanços da campanha anterior. Com essa alteração, o foco total é avançar nos direitos, um grande alívio para nossas entidades”, disse.

Assessor jurídico da CUT, o advogado José Eymar Loguercio destaca ainda que a medida do TST atende à Constituição Federal.

“A Constituição de 1988 determina que as convenções mínimas estabelecidas nos acordos e convenções deveriam ser reconhecidas, mas havia resistência do Judiciário. Na condição anterior, os trabalhadores corriam risco, em períodos de inflexão maior, de sofrerem retrocessos porque não havia poder para manter”, explica.

Ainda de acordo com Graça, a luta agora é fazer com que a modificação seja cumprida.

“No Brasil, temos uma legislação bastante farta e avançada, comparada com outros países. Assim, na hora de fazer valer é preciso muita luta entre empregados e patrões. Esse deve ser mais um desafio que temos. Vamos lutar para que seja realmente efetiva e para que as categorias no segundo semestre já utilizem esse instrumento.”

(Fonte: CUT Nacional)

Bancários fecham 5.132 agências em todo o país, segundo a Contraf

A greve nacional dos bancários fechou 5.132 agências e centros administrativos nos 26 estados e no Distrito Federal, de acordo com balanço divulgado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) no final do primeiro dia do movimento, com base nos dados enviados pelos 137 sindicatos que integram o Comando Nacional dos Bancários.

Começou mais forte que no dissídio do ano passado, quando o primeiro dia de greve fechou 4.191 agências, de acordo com Carlos Cordeiro, presidente da Contraf. Mas, nem assim os patrões se manifestaram sobre o atendimento, ou não, das reivindicações dos bancários, que incluem aumento de 10,25% nos salários, piso salarial de R\$ 2.416,38, participação nos lucros e resultados (PLR) de três salários mínimos mais R\$ 4.961,25 fixos, plano de cargos e salários para toda a categoria e auxílio-refeição de R\$ 622 nas cláusulas financeiras.

Como a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) ofereceu 6% de reajuste, equivalente à reposição da inflação dos últimos 12 meses mais 0,58% de aumento real, os bancários se sentiram desprestigiados, considerando-se que os seis maiores bancos do país contabilizaram lucro líquido de R\$ 25,2 bilhões no primeiro semestre e que os banqueiros deram aumento de 9,7% aos altos executivos do setor.

Carlos Cordeiro disse que “os bancos têm condições financeiras de sobra” para atender as reivindicações, mas a Fenaban sequer deu retorno às duas cartas que o Comando Nacional dos Bancários enviou nos últimos dias. O longo silêncio dos banqueiros foi determinante para a greve, segundo ele, e os bancários prometem intensificar o movimento e fazer a maior greve da categoria para garantir avanços econômicos e sociais. Procurada pela **Agência Brasil**, a Fenaban não se manifestou sobre o assunto. (Fonte: Agência Brasil).